



CAPA

O FIM DA LINHA

A NOVA POLÍTICA DO GOVERNO VAI ESGOTAR O PETRÓLEO E LIQUIDAR A INDÚSTRIA E O DESENVOLVIMENTO

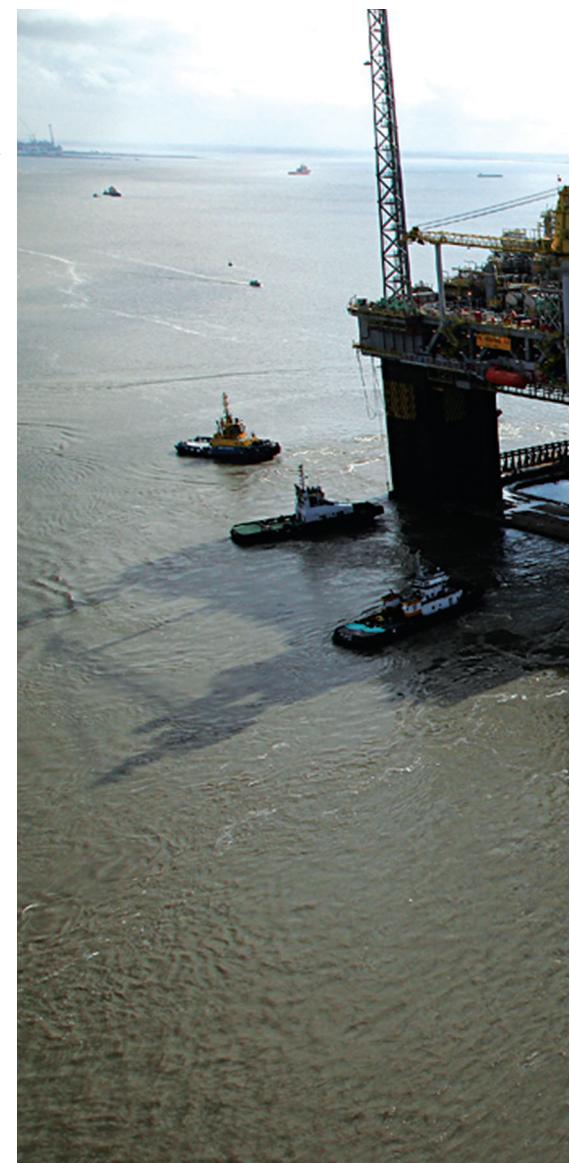
por CARLOS DRUMMOND

Após esfacelar a Petrobras com a venda acelerada de ativos em um momento de baixa dos mercados, desnacionalizar campos do pré-sal a preços irrisórios e reduzir os percentuais de conteúdo local mínimo obrigatório, o governo estabeleceu, no início do mês, uma nova política com poder de apequenar ainda mais a empresa pública, liquidar as reservas do País, sucatear a indústria de máquinas e equipamentos e promover a entrada em massa de novos competidores internacionais.

A minuta de resolução do Conselho Nacional de Política Energética com o teor da nova política brasileira de exploração e produção de petróleo e gás natural foi submetida à consulta pública durante só duas semanas, entre 17 de abril e 2 deste mês de maio. O documento determina a maximização da exploração e da produção, a aceleração dos leilões de reservas com um cronograma plurianual, a abertura às empresas estrangeiras, o abandono da política de conteúdo local e benefícios para investidores externos.

Colocadas em prática, as definições retirarão do País a sua melhor possibilidade de desenvolvimento, a partir do dinamismo da cadeia produtiva de óleo e gás e o condenarão à “maldição do petróleo”, prevê o ex-presidente da Petrobras José Sergio Gabrielli (*leia a entrevista à pág 26*). O problema atinge as nações dedicadas apenas à exploração do recurso, sem aproveitá-lo para desenvolver uma indústria própria de equipamentos para o setor, antes do esgotamento das reservas.

No fim do processo, o Brasil estará mais parecido com Venezuela, Nigéria, Angola e Iêmen, que abriram mão de políticas de conteúdo local mínimo obrigatório e continuam na pobreza, apesar de serem importantes produtores da com-



modity. A distância em relação à Noruega, Estados Unidos, Reino Unido e Arábia Saudita, com indústrias próprias de equipamentos desenvolvidas a partir do dinheiro do petróleo, se agigantará.

“É um projeto feito de maneira sorteira, às escuras, o que indica existir aí algo errado”, chama atenção o presidente da Federação Única dos Petroleiros, José Maria Rangel. A proposta do governo, diz, visa escancarar as reservas de petróleo, principalmente as do pré-sal, para as empresas estrangeiras. Fixa um planejamento de leilões até 2019, mas nenhum país estabelece leilão plurianual, pois ninguém sabe o que acontecerá com o setor no dia seguinte.

**AS RESERVAS DE
ÓLEO E GÁS SERÃO
ESCANCARADAS
ÀS EMPRESAS
ESTRANGEIRAS**



O governo põe a quebra o sistema de inovações criado pela Petrobras e fornecedores nacionais

“Fazer isso com patrimônio público, sem ao menos submeter a proposta a uma audiência pública, é inaceitável. Registraram a mudança num site do Ministério de Minas e Energia: quem quisesse que apresentasse propostas. É uma verdadeira loucura. Continuaremos firmes na tentativa de resistir e denunciar ao povo esse desmonte e essa entrega do nosso patrimônio nacional”, protesta Rangel.

Na origem das dilapidações em série promovidas pelo governo na Petrobras e nos ativos de petróleo e gás, sublinha o presidente da FUP, está “uma campanha, desde meados de 2014, no sentido de desmora-

lizar a empresa. Quando a TV Globo exibe a imagem de um tubulão enferrujado vazando dólares, o recado que está ali é o seguinte: trata-se de uma firma incompetente, sucateada e corrupta. Esse foi o primeiro passo. O segundo foi sugerir que, nessas condições, ela não tem capacidade de produzir no pré-sal, portanto, é preciso abri-lo a outras companhias para trazer desenvolvimento ao País. Só que, por trás disso, está a entrega do patrimônio da União que eles sempre quiseram fazer. O que pretendem, de fato, é pagar a fatura de quem financiou o golpe. A abertura do pré-sal faz parte disso, é uma duplicata que está sendo quitada”.

Segundo Gabrielli, a nova política

acelera desnecessariamente a exploração e a produção e afasta definitivamente do circuito a Petrobras, que não poderá participar da sequência de leilões dos próximos anos, devido à insuficiência temporária de caixa. Marca, ainda, o abandono completo da regra de conteúdo local mínimo obrigatório. “A lei do petróleo de 2010 condicionava a velocidade da exploração à capacidade da indústria brasileira de fornecer equipamentos e serviços ao setor. Agora, isso não é mais um objetivo e o mesmo acontece com a meta de autossuficiência. É preocupante.”

Outro problema é o abandono de qualquer relação entre a produção de petróleo



CAPA

e o conteúdo nacional. No curto prazo, uma entrada mais rápida de empresas novas significará pagamentos de 4 bilhões a 10 bilhões de reais em bônus, com melhora, no curto prazo, da receita do governo e da situação fiscal. "Isso é, entretanto, trocar uma política de longo prazo por uma miopia imediatista na resolução dos problemas fiscais", critica Gabrielli.

Anova política é um desastre. O Ministério de Minas e Energia trabalhou simplesmente olhando o lobby feito pela Petrobras e virou as costas para a indústria nacional fornecedora do setor de óleo e gás", acusa o presidente-executivo da Associação das Indústrias de Máquinas e Equipamentos, José Velloso.

A política atual de conteúdo local mí-

nimo, diz, pode ser totalmente cumprida com serviços impossíveis de importar. "Acrescentando-se o financiamento externo vinculado à compra de bens lá fora e ainda à falta de isonomia da Petrobras no Repetro – regime aduaneiro especial que desonera os investimentos nas aquisições de máquinas e equipamentos pelas companhias de petróleo –, tem-se uma situação em que os leilões de reservas de óleo e gás marcados para este ano resultarão em zero encomendas aos fabricantes

A MUDANÇA ATENDE AO LOBBY DA PETROBRAS E DÁ AS COSTAS À INDÚSTRIA LOCAL



JOSÉ SERGIO GABRIELLI

TORNARAM O PETRÓLEO MALDição

A CARLOS DRUMMOND

Anova política do governo para o setor de óleo e gás acelera sem necessidade a exploração e a produção, afasta a Petrobras do circuito, descarta a regra de conteúdo local mí-

nimo e entrega reservatórios a empresas estrangeiras. Acena, assim, com a temida "maldição do petróleo", alerta o ex-presidente da Petrobras José Sergio Gabrielli, na entrevista a seguir.

CartaCapital: Como o senhor vê a nova política para o setor?

José Sergio Gabrielli: Há três pontos preocupantes. O primeiro é a aceleração como meta principal

da política de exploração e produção. Isso é diferente do que está na lei do petróleo de 2010, que condicionava a velocidade da exploração à capacidade da indústria brasileira de fornecer equipamentos e serviços ao setor. Eliminou-se também o objetivo da autossuficiência. O segundo problema é o abandono de qualquer referência de relação entre a produção de petróleo e o conteúdo nacional, prevista na lei atual.

O terceiro aspecto é a inexistência de alusões à questão do abastecimento nacional de derivados.

CC: Quais as implicações desses problemas?

JSG: Uma aceleração da

produção – e eles estabelecem a necessidade de aumentar a velocidade da recuperação para retirar até a última gota dos reservatórios existentes – e da exploração pode levar (não quer dizer que necessariamente levaram) a uma exploração predatória e à criação de problemas no longo prazo para a recuperação do petróleo brasileiro. Outro efeito é que, com essa política, se afastará definitivamente a Petrobras do circuito.

CC: Por quê?

JSG: Porque, nos próximos dois a três anos, a Petrobras não terá condições de acelerar o seu investimento, dada a situação financeira

de curto prazo que enfrenta. Outro aspecto é que haverá, sem qualquer dúvida, a entrada acelerada de novos competidores internacionais, principalmente





Com sua proposta sorrateira, o governo paga os financiadores do golpe, acusa Rangel, da Federação dos Petroleiros



Para Velloso, da Abimaq, a nova política é uma calamidade

nacionais. Zero!", reforça o empresário.

O tratamento discriminatório da indústria local de máquinas e equipamentos no Repetro encarece o produto nacional de 11% a 14% em relação ao importado, a depender do estado em que se localiza a fábrica, devido a impostos pagos, mas não recuperados, contabiliza Velloso. "A Petrobras luta contra o conteúdo

local. Ela toma empréstimos na China e os bancos de lá vinculam o financiamento à compra de bens chineses. Simplesmente, não teremos mais uma política de conteúdo local nacional, apesar de o setor ser beneficiado por impostos do Repetro, subsídios de financiamentos do Fundo da Marinha Mercante e de utilizar as concessões das jazidas de petróleo, um bem pertencente à União."

Segundo o Grupo de Estratégias, Estudos e Propostas da FUP, sob o pretexto de solucionar o problema de curto prazo do endividamento da empresa, a atual gestão põe em risco as possibilidades de desenvolvimento industrial e tecnológico centrado na Petrobras e nas demais estatais do setor de energia. "Com a cumplicidade do Estado, por meio do plano de negócios e da mudança regulatória, a iniciativa privada, a nacional e a estrangeira, se apropriará de tecnologias em que não investiu para intensificar seus ganhos de curto prazo", afirmam os economistas, autores de um conjunto de diretrizes alternativas para a política nacional de desenvolvimento energético.

A aceleração da exploração no momento em que o preço do barril do petróleo está em baixa, dizem os integrantes do grupo, atende muito mais aos interesses dos Estados Unidos, com tendência declinante da produção a partir do xisto, do que à soberania da economia brasileira.

Há risco de perdas irreparáveis. "A Petrobras criou uma das experiências mais importantes ao constituir um sistema nacional de inovações do setor de óleo e gás e de seus fornecedores. Isso é de suma importância, pois as principais empresas líderes da industrialização são multinacionais e há muita dificuldade em construir arranjos voltados ao desenvolvimento de tecnologias originais", aponta o documento.

A possibilidade de utilizar esse avanço para o desenvolvimento do País acaba de ser jogada no lixo pelo governo. •

americanos e chineses.

CC: Qual o efeito no curto prazo?

JSG: No curto prazo, pode ocorrer uma entrada mais rápida de empresas novas, o que significa um pagamento de 4 bilhões a 10 bilhões de reais em bônus. Melhora, no curto prazo, a situação fiscal do governo, mas é trocar uma política de longo prazo por uma miopia imediatista. O País tem suficiência tanto em planos de avaliação de descobertas, que significam descobertas já feitas e que precisam ser avaliadas, quanto em descobertas já identificadas com processos de montagem de equipamentos para produzir,

que garantem uma continuidade da produção brasileira. Há, hoje, 13,5 anos de reservas. É evidente que precisamos retomar a exploração, provavelmente, em 2019 ou 2020, mas para 2017 e 2018 não há necessidade.

CC: Qual será a principal consequência da nova política?

JSG: O abandono completo da política de conteúdo nacional. A indústria brasileira de fornecedores não tem a menor chance de se recuperar das crises da Lava Jato e de financiamento, há um volume gigantesco de desemprego na área de fornecimento de petróleo e gás. A Petrobras não tem também

condições de aumentar o investimento nos próximos dois anos, portanto, se fará uma política de entrega dos reservatórios potenciais para novos atores internacionais. Cria-se, assim, um risco grande de o setor ficar muito concentrado em termos de benefícios, porque a atividade não gerará emprego e renda em outros setores da economia. A história mostra que, muitas vezes, o petróleo mata tudo que está em volta, na chamada "maldição do petróleo". Acontece quando os recursos do petróleo não são utilizados para criar vínculos com a indústria fornecedora de equipamentos e o desenvolvimento tecnológico.